

Esforço para desatolar mapeamento

Em duas décadas, zoneamento socioambiental e econômico do Brasil avançou pouco

Regina Scharf
de São Paulo

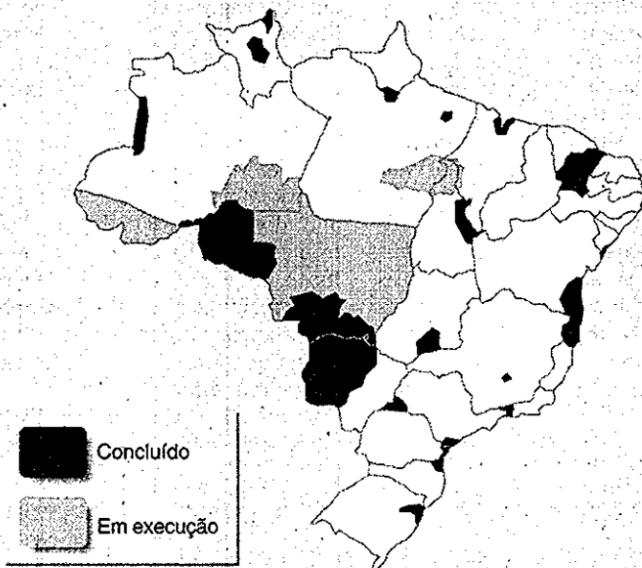
O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, promete retomar um trabalho emperrado há quase duas décadas. Quando foi estabelecida, em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente determinou que o governo federal realizasse o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) de todo o território nacional. O estudo teria de cruzar informações sociais, ambientais e econômicas para ajudar a definir vocações regionais. Entretanto, só 11% do trabalho foi realizado desde então, com metodologias e escalas tão distintas que se tornaram incompatíveis. Também não ajudaram muito na elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 do governo federal.

O PPA, aliás, prevê recursos para a continuidade do trabalho — em certos casos, em excesso. Segundo levantamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nesses quatro anos, 189,5% do território nordestino seria mapeado. Isso porque vários órgãos receberam as mesmas incumbências. A Paraíba, por exemplo, teria o zoneamento realizado pelo Departamento Nacional de Combate à Seca (Dnocs) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Para tentar organizar o trabalho, o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do PPA, antes a cargo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), passou em julho do ano passado para o MMA. Agora, o

O mapa do zoneamento

Em 19 anos, só 11% do território foi mapeado



Fontes: Bovespa, Econômica e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

ministério está montando o Consórcio ZEE-Brasil, que envolverá órgãos federais com conhecimento acumulado. Ele será coordenado pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, dirigida por Sérgio Braga.

O consórcio deverá cruzar os mapas de vulnerabilidades naturais e potenciais socioeconômicos. A carta resultante será sobreposta ao levantamento de áreas indígenas, unidades de conservação e outras de uso

restrito. Suas fontes: imagens aéreas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), estudos da Embrapa e levantamentos de subsolo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), dentre outros.

Até agora, foram concluídos zoneamentos em Rondônia, em porções de Goiás, Acre e Amapá, nas fronteiras com a Bolívia e a Colômbia e em partes da costa entre o Rio Grande do Sul e o Maranhão.

No Tocantins, a Embrapa promo-

veu trabalho aparentado, mas que não foi considerado pelo MMA no seu cômputo por não se tratar de um ZEE, mas de um zoneamento agroecológico, sem levar em conta a vertente econômica.

Os trabalhos encerrados têm todo tipo de problema, segundo Luiz Camargo de Miranda, gerente do Programa ZEE no ministério. Em primeiro lugar, cada um foi feito em escalas e épocas diferentes, com oito metodologias distintas, definidas ora pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ora pela Embrapa ou pela própria SAE, dentre outros órgãos. Também houve a superposição de algumas áreas zoneadas e estudos feitos em regiões muito pequenas.

Levantamento do MMA indicou que muitos dados se perderam com o tempo ou jamais foram digitalizados. "Outro problema foi a alta relação custo-benefício", diz Camargo. Em alguns projetos na escala de um para 250 mil — considerada razoável para esse tipo de trabalho — o custo do quilômetro não passou de R\$ 18. Em outros, ultrapassou R\$ 100. O estado de Rondônia, por exemplo, gastou US\$ 19 milhões para mapear 238 mil quilômetros quadrados. Algo como R\$ 160/km² em valores atualizados.

Quando conseguir uniformizar padrões e aplicá-los a todo o território nacional, o ministério deverá utilizar a carta resultante para nortear as políticas públicas, os incentivos e a fiscalização.

Divisão de Rondônia contraria lei federal

Único estado a concluir seu zoneamento ecológico-econômico, como preconizado na Política Nacional de Meio Ambiente, Rondônia gastou na empreitada dez anos e US\$ 19 milhões emprestados pelo Banco Mundial. Resultado: ganhou três zonas, nove subzonas e um imbróglie jurídico, por entrar em conflito com a legislação federal.

"Se o ZEE em escala nacional é uma novela, o de Rondônia é ainda mais", conta Roberto Smeraldi, dirigente da Amigos da Terra, entidade não-governamental com vários escritórios na Amazônia. A começar por sua origem, o Planaflo — polêmico projeto patrocinado pelo Banco Mundial em Rondônia durante a última década, na tentativa de remediar os danos causados pela rápida ocupação do estado. Alvo de muitas críticas em meados da década, ele obrigou o banco a reavaliar suas políticas de crédito.

Em junho passado, o estudo de ZEE foi consagrado numa lei estadual que reservou metade do estado à exploração agropecuária. Conforme o local, os proprietários podem cortar até 80% de suas florestas — em desacordo com o Código Florestal, que impõe um limite de desma-

tamento de 20% das glebas instaladas na Amazônia Legal.

Originalmente, o trabalho de zoneamento, realizado numa escala de um para 250 mil, conforme metodologia da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), apenas indicava vocações regionais. O consórcio batavo-hispano-brasileiro responsável por sua elaboração não impunha porcentagens. Estas saíram de comissões e audiências públicas convocadas pelo governo estadual em 1999, num momento em que esquentava a discussão sobre a reforma do Código Florestal. Vale lembrar que o código esteve prestes a ampliar de 20% para até 75% a área desmatável em glebas amazônicas, por pressão dos ruralistas, mas o Congresso acabou voltando atrás.

Para Smeraldi, como para Luiz Camargo, do MMA, a lei do zoneamento de Rondônia, como está, fere a lei federal. Sérgio Miranda, responsável pela área ambiental do Planaflo, diz que a pendência está sendo discutida com o ministério. "Mas a lei vale enquanto a discussão continuar", diz. Miranda lembra que Rondônia ainda tem 68% de suas florestas preservadas: "Poucos estados podem dizer o mesmo".

Em linhas gerais, a nova lei rondoniense define duas zonas a serem preservadas quase na íntegra e que incluem áreas indígenas e unidades de conservação, dentre outras. Juntas, elas representam a metade do território do estado.

A outra metade, com vocação agropecuária, é dividida em quatro zonas. São 6,1 milhões de hectares onde só 20% da cobertura vegetal precisa ser conservada e outros 6 milhões de hectares onde as propriedades rurais devem manter uma reserva legal que varia de 40% a 80%.

Este é, na verdade, o segundo zoneamento feito no estado. O primeiro, em escala de um para 1 milhão, foi feito há dez anos. "Mas esse trabalho foi descaracterizado por uma série de leis e decretos estaduais de 1996 que permitiram a grilagem em áreas destinadas pelo ZEE à preservação", diz Smeraldi. Ele lembra que duas Florestas Nacionais de Rondônia, Jamari e Bom Futuro, foram invadidas em consequência. Esse primeiro zoneamento e os decretos modificadores caíram com a lei aprovada em junho. (R.S.)